

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Pragmatismo com a China	2
Título: Bolsa mantém força, sobe 1,33% e renova recorde	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Comércio com a China pode ser ampliado, diz presidente eleito	5
Título: Petrobras reajusta preço do gás de cozinha de 13 kg em 8,5% nesta terça	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Três grupos disputam complexo eólico da Renova avaliado em R\$ 700 milhões	7
Título: Relação com China esfria negócios em mineração.....	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: A decisão estratégica	9
Título: Gás de cozinha pode ficar R\$ 6 mais caro.....	11
Título: Ferrovias da Vale na mira da Fazenda	13
Título: Lucros em alta	14
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Curtas	16
Título: Despacho sem mérito, uma conta de R\$ 4 bilhões	16
Título: Retomada de Angra 3 atrai cinco grupos e consórcios estrangeiros.....	19
Título: Destaques	21
Título: ANTF defende renovação de concessões da Vale	22
Título: Após três anos da tragédia, volta da Samarco deve ocorrer só em 2020	24
Título: Rio Energy aposta em projetos eólicos 'híbridos'	25
Título: Braskem reduz preço de resinas	27

Título: Preço de gasolina de avião pode ter novo cálculo.....	28
Título: Destaques	29
Título: Standard Bank aposta em transações entre Brasil e África para voltar a crescer	30

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/11/2018

Seção: Artigos

Autor: Maurício Santoro

Título: Pragmatismo com a China

Nosso maior parceiro comercial e grande investidor, país tem papel-chave na recuperação econômica do Brasil

Passada a disputa presidencial, é hora de acalmar os ânimos e encarar as relações do Brasil com a China com pragmatismo. Os chineses são os maiores parceiros comerciais dos brasileiros, em anos recentes estão entre os principais investidores no país e terão papel-chave na retomada do desenvolvimento econômico para ajudar o Brasil a superar a profunda recessão.

O diálogo respeitoso entre Brasília e Pequim é ainda mais importante em face do protecionismo crescente no comércio global e dos riscos que ele acarreta às exportações brasileiras. O presidente Ernesto Geisel reconheceu o governo em Pequim como o legítimo representante da China. O Brasil era então um regime militar, anticomunista, em plena Guerra Fria.

Mas Geisel e seu chanceler Azeredo da Silveira estavam empenhados em promover sua política externa do “pragmatismo ecumênico e responsável”, identificando interesses de Estado acima de divergências ideológicas com governos estrangeiros. À medida que as reformas econômicas da China começaram a mostrar seus excepcionais resultados, sucessivos governos do Brasil se esforçaram para aprofundar as relações sino-brasileiras.

De José Sarney a Luiz Inácio Lula de Silva, houve a criação do programa conjunto de construção de satélites, o aumento no comércio e a parceria entre Brasil e China nos BRICS e em outros grupos diplomáticos importantes, tais como o G-20 (comércio e finanças) e o Basic (negociações globais sobre mudança climática). Desde 2009, a China tem sido o maior parceiro comercial do Brasil, desbancando os Estados Unidos do posto que ocupavam desde o fim do século XIX.

Os chineses são os compradores de cerca de 20% das exportações brasileiras, em especial soja, minério de ferro e petróleo. Os brasileiros importam da China uma ampla gama de produtos manufaturados. Em 2017, a corrente de comércio (exportações mais importações) foi de cerca de US\$ 78 bilhões.

O Brasil tem superávit de US\$28 bilhões com a China neste ano —será quase metade do total brasileiro. A importância do mercado chinês cresce para o Brasil em meio à guerra comercial entre China e EUA. As retaliações mútuas entre esses dois gigantes econômicos abriram oportunidades para as exportações brasileiras, sobretudo do agronegócio. Cerca de 70% da soja importada pelos chineses são agora oriundos do Brasil, contra 52% no ano anterior.

Os investimentos da China no Brasil se tornaram significativos na década atual, e foram de US\$ 21 bilhões em 2017. O Ministério do Planejamento estima que o estoque de investimento chinês seja de US\$ 53,5 bilhões. O número é expressivo, mas está longe de representar ameaça de perda de soberania numa economia que ultrapassa US\$ 2 trilhões, como é o caso do Brasil.

Concentram-se nos setores de energia e mineração, em especial eletricidade, e podem ajudar a superar os gargalos na infraestrutura e a baixa capacidade de investimento público, em tempos de crise nas finanças públicas e ajuste fiscal. Em 2019 o Brasil terá a presidência do grupo dos BRICS e sediará mais de 100 reuniões, em 30 áreas de cooperação, incluindo a cúpula dos chefes de Estado.

É excelente oportunidade para que o governo brasileiro demonstre seu reconhecimento da importância estratégica da China e adote enfoque pragmático com Pequim.

Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, professor adjunto e chefe do Departamento de Relações Internacionais da UERJ

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/11/2018****Seção: Economia****Autor: João Sorima Neto****Título: Bolsa mantém força, sobe 1,33% e renova recorde**

Expectativa de aprovação de reformas econômicas pelo governo eleito e resultados positivos de empresas garantem mais um dia de alta no mercado acionário. Dólar faz correção e fecha cotado a R\$ 3,72

O mercado de ações brasileiro teve ontem mais um dia de ganho, ancorado nas expectativas com o novo governo e na rodada de bons resultados das empresas no terceiro trimestre do ano. O Ibovespa, principal índice acionário, renovou o recorde de pontuação ao encerrar o pregão aos 89.598 pontos, alta de 1,33%, batendo o resultado de quinta-feira, quando o índice fechou aos 88.419 pontos.

O giro financeiro também foi elevado: R\$14 bilhões. — A Bolsa deu continuidade a um movimento de alta que reflete a euforia do mercado. A expectativa é que o governo eleito dará continuidade a reformas importantes, como a da Previdência. Além disso, a safra de balanços do terceiro trimestre tem sido positiva.

O mercado aguarda o resultado da Petrobras, e a expectativa para a petrolífera também é positiva—disse Ari Santos, gerente de mesa da corretora H. Commcor. As ações preferenciais da Petrobras subiram 2,74%, a R\$28,07, enquanto as ordinárias avançaram 2,38%, fechando em R\$ 30,48. Além disso, o petróleo subiu 0,86% no mercado internacional, o que ajudou a valorização.

A estatal reduziu ontem o preço médio do litro de gasolina nas refinarias em 6,35%, para 1,7293, o menor desde abril. Os papéis de bancos, que têm peso importante no Ibovespa, também subiram. As preferenciais do Itaú tiveram ganho de 0,66% a R\$ 50,27, enquanto as PN do Bradesco avançaram 1,84% a R\$36,91.

‘CORREÇÃO TÉCNICA’

O dólar terminou a sessão negociado a R\$ 3,72, alta de 0,89%, na contramão do exterior, onde a moeda americana perdeu força. Para Ricardo Gomes, diretor da Correparti corretora de câmbio, o mercado local passou por uma “correção técnica”, depois do feriado: —Na sexta saiu o número do mercado de trabalho americano, acima do esperado. O dólar se valorizou lá fora, enquanto aqui estava fechado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 06/11/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Comércio com a China pode ser ampliado, diz presidente eleito

São Paulo - O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), disse nesta segunda (5) que o comércio com a China poderá ser ampliado em seu governo e que, após uma conversa com o embaixador chinês no Brasil, ficou claro que o país asiático não quer deixar de fazer negócios com o Brasil.

Bolsonaro recebeu o embaixador chinês, Li Jinzhang, na manhã desta segunda.

"Conversa foi muito boa, protocolar num primeiro momento e depois aprofundamos em algumas coisas. Está na cara que a China não quer deixar de fazer comércio conosco e nem nós para com eles", disse ele em entrevista à TV Bandeirantes.

"Não teremos nenhum problema, muito pelo contrário, pode ter certeza que o nosso comércio pode ser até ampliado", disse Bolsonaro.

O encontro ocorre após uma série de declarações do futuro presidente questionando o boom de investimentos chineses no Brasil.

Desde 2016, companhias chinesas investiram no país ao menos US\$ 23,9 bilhões (cerca de R\$ 89 bilhões, na cotação atual), segundo dados da consultora Dealogic, que não levam em consideração as operações cujo valor não foi revelado.

As empresas asiáticas fizeram aquisições bilionárias, principalmente em setores de infraestrutura e energia.

Agora, com a atitude pouco previsível do novo presidente, empresários estão com receio e têm freado seus investimentos no país, à espera do que vai acontecer, segundo Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/11/2018****Seção: Mercado****Autor:****Título: Petrobras reajusta preço do gás de cozinha de 13 kg em 8,5% nesta terça**

São Paulo - A Petrobras anunciou, nesta segunda-feira (5), um reajuste no preço do gás de cozinha comercializado em botijões de 13 quilos, usados nas residências.

O novo preço passará a ser de R\$ 25,07, o que representa um aumento de 8,5% em relação ao valor vigente desde julho, no último reajuste.

Trata-se de uma média nacional, sem tributos, nas refinarias da companhia —ou seja, o aumento poderá ou não ser repassado ao consumidor pelas distribuidoras.

"A desvalorização do real ante o dólar e as elevações nas cotações internacionais do CLP [Gás Liquefeito de Petróleo] foram os principais fatores para a alta", afirmou a estatal em comunicado à imprensa.

O novo valor passa a valer nesta terça-feira (6). O reajuste tem variações, a depender do polo de suprimento.

A alta oscila entre 8,2% e 9%, segundo nota do Sindigás (sindicato das distribuidoras). O preço do botijão passou a sofrer reajustes trimestrais em janeiro deste ano. Desde então, o preço sofreu um aumento acumulado de 2,8%.

O reajuste não se aplica aos botijões industriais, cujo valor é 52,4% mais alto do que o gás vendido a residências.

Desde 2012, a estatal adota políticas de preços diferentes para os dois destinos do gás, política que foi iniciada com o objetivo de garantir menores valores para consumidores residenciais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/11/2018****Seção: Economia****Autor: Renée Pereira Mônica Scaramuzzo****Título: Três grupos disputam complexo eólico da Renova avaliado em R\$ 700 milhões**

Energia renovável. Projeto Alto Sertão III, no interior da Bahia, atraiu o interesse de companhias como AES Tietê, Aliança Energia (joint venture entre Cemig e Vale) e Rio Energy; além da venda total do ativo, entrada de novo sócio também é avaliada

AES Tietê, Aliança Energia e Rio Energy estão na disputa pelo Complexo Eólico Alto Sertão III, da Renova Energia. Avaliado em cerca de R\$ 700 milhões, o negócio envolve um projeto de 400 megawatts (MW) no interior da Bahia – é energia suficiente para abastecer uma cidade de 1,6 milhão de pessoas. O 'Estado' apurou que a venda do projeto ou uma capitalização na holding para conclusão do empreendimento deve ser fechada ainda neste ano.

Fundada em 2001, a Renova tem como sócios a estatal mineira Cemig; a Light, do Rio de Janeiro; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a RR Participações. Até agosto deste ano, Alto Sertão III estava sendo negociado com a canadense Brookfield, apontada como a favorita a concluir a transação.

A gestora tinha interesse nos ativos que complementariam seus projetos de energia renovável, mas as negociações não foram adiante, apurou o Estado com pessoas familiarizadas com o assunto. Procurada, a Brookfield não comenta. Uma fonte ligada aos sócios da Renova afirmou que além da venda total dos parques, há outras alternativas em análise. A entrada de um sócio por meio da capitalização da holding seria uma delas.

Nesse caso, o empreendimento seria concluído, podendo ser vendido posteriormente por um preço mais alto, afirmou uma fonte. Hoje o projeto está com 87% dos investimentos concluídos. No total, foram gastos até agora R\$ 2,1 bilhões, sendo R\$ 900 milhões de dívidas com o BNDES – originalmente, esse valor era de R\$ 650 milhões, referente a um empréstimo ponte que vem sendo renovado a juros altos.

Para concluir o projeto, faltam R\$ 325 milhões, apurou o Estado. A empresa tem pressa para definir o futuro do complexo eólico. Com a paralisação das obras, a companhia tem sido obrigada a comprar energia no mercado à vista todo mês

para cumprir contratos firmados no mercado. A Renova tem cerca de 100 MW de energia de Alto Sertão III vendida em contrato.

Complexos.

O empreendimento faz parte de um conjunto de três complexos eólicos levantados pela Renova na Bahia. Os dois primeiros, que somam quase 700 MW de potência instalada, já foram vendidos. O primeiro foi adquirido pela Brookfield e o segundo pela AES Tietê, que no ano passado desembolsou R\$ 600 milhões pelo ativo e agora avalia a compra do terceiro complexo.

A aquisição de Alto Sertão III representaria um ganho de escala e eficiência para a empresa controlada pelo grupo americano, que vendeu neste ano a Eletropaulo e já afirmou que quer apostar em energia renovável no Brasil. Procurada, a AES Tietê informou, por meio de nota, que a companhia “está atenta a todas as oportunidades do setor, mas não comenta sobre rumores de mercado”.

Outra empresa que tem interesse no complexo eólico é a Aliança Geração de Energia, uma joint venture formada em 2015 por Cemig e Vale. O grupo tem sete usinas hidrelétricas, com capacidade de 1.158 MW, e um parque eólico de 98,7 MW. Procurada, a empresa afirmou que não comentaria o assunto. A Rio Energy, da gestora internacional Denham Capital, tem parques eólicos na mesma região onde está localizado Alto Sertão III. A companhia não retornou os pedidos de entrevista.

Histórico.

A Renova foi uma das primeiras empresas a apostar na energia eólica no Brasil. Em 2010, com um portfólio robusto de projetos no Nordeste, a companhia abriu o capital na Bolsa de Valores de São Paulo, hoje B3, e atraiu a atenção de vários investidores, como Cemig e Light. Mais tarde, a empresa fechou uma parceria frustrada com a americana SunEdison.

O negócio obrigou o grupo a fazer uma rígida reestruturação, com novos aportes de sócios e venda de ativos. A dívida da holding é de R\$ 1,3 bilhão, sendo 65% com os sócios. Atualmente, a empresa tem três pequenas centrais hidrelétricas (PCH), de 41,8 MW; e participação de 51% da Brasil PCH, dona de 13 usinas espalhadas pelo Brasil, com capacidade de 148,4 MW. Procurada, a Renova não quis se pronunciar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 06/11/2018****Seção: Economia****Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães****Título: Relação com China esfria negócios em mineração**

Coluna do Broadcast

A preocupação em torno de uma eventual mudança nas relações comerciais do Brasil com a China, no governo de Jair Bolsonaro (PSL), pode colocar em espera algumas transações de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês), em especial no setor de mineração. Uma delas é a da Bahia mineração (Banim), que há dois anos vem buscando no exterior, em especial na China, um comprador para uma fatia da companhia, movimento colocado como necessário para a empresa seguir com seus planos de expansão. A empresa manteve reuniões já marcadas com potenciais interessados na semana que vem, em Pequim, mas a leitura de envolvidos é a de que o negócio ficará mais difícil diante desse novo cenário de incertezas. Procurada, a Banim não respondeu.

» Conversas.

Maior parceiro comercial do Brasil desde 2009 - e maior consumidor do minério de ferro brasileiro -, a China mandou um recado ao vencedor da eleição presidencial brasileira no jornal estatal China Daily. Lá, o governo afirma que não há razão para que o Brasil copie políticas adotadas pelo governo dos Estados Unidos, de Donald Trump, e que o custo econômico de determinadas posturas pode "ser duro para a economia brasileira, que acaba de sair de sua pior recessão da história". Ontem, o presidente eleito disse, em entrevista à TV Bandeirantes, que o Brasil não terá problemas com a o país asiático e que "está na cara que a China quer aumentar negócios com o Brasil".

COM CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 06/11/2018****Seção: Política****Autor: Luiz Carlos Azedo****Título: A decisão estratégica**

Nas entrelinhas

“A decisão mais estratégica é a aprovação da reforma da Previdência que está pronta para ser votada no Congresso. Com ela, o novo governo terá melhores condições para cuidar da economia”, acredita **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, responsável pela elaboração do documento. Uma ponte para o futuro, que continua sendo a principal agenda de reformas do país, e um dos artífices das articulações que levaram Michel Temer à Presidência. Moreira já arruma as gavetas para uma retirada em ordem, como se diz no jargão militar. Mas está entre os que defendem a maior colaboração possível com o novo presidente eleito, Jair Bolsonaro, para que a transição de governo seja suave.

Um alívio de cinco anos no caixa do Tesouro é tudo o que o novo governo precisa para executar seu programa de reformas e retomar o crescimento econômico. Mas a prioridade política de qualquer governo que se inicia é a eleição das Mesas da Câmara e do Senado. É aí que está o problema. Bolsonaro tem interesse em aprovar qualquer coisa que o ajude no começo do governo a enfrentar o déficit fiscal, mas precisa da eleição de aliados para as presidências das duas Casas para ter governabilidade, ainda mais diante de uma oposição como o PT, que elegeu a maior bancada da Câmara.

Atual presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) é candidato à reeleição. Sem seu apoio decidido, a soma de esforços de Temer e Bolsonaro pode não ser suficiente para aprovar a reforma. O ministro extraordinário da transição de governo, Ônix Lorenzoni (DEM-RS), futuro chefe da Casa Civil, responsável pelas articulações no Congresso, sabe disso. Entretanto, é um desafeto de Rodrigo Maia, com quem entrou em rota de colisão quando era líder da legenda e acabou sendo por ele isolado. Deu a volta por cima como dissidente da legenda, que apoiou o tucano Geraldo Alckmin. Lorenzoni foi dos primeiros a embarcar na nau catarineta de Bolsonaro, que o levou ao poder. Sem acordo entre Bolsonaro e Maia a reforma sequer entra na pauta.

Dificuldades

O novo governo tem uma base parlamentar robusta, mas as estrelas do partido de Bolsonaro, o PSL, não têm quilometragem rodada para disputar e vencer uma eleição na Câmara. Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), campeão de votos, é um deputado novato, que já se coloca como líder informal do novo governo, mas não tem cancha para articular uma votação que depende do apoio de três quintos da Câmara, ou seja, 308 votos. Além disso, a Previdência é um assunto que divide a própria bancada de Bolsonaro, onde há muitos interesses corporativos cristalizados, e novo presidente emite sinais de que pretende mudar os paradigmas das negociações com o Congresso, fechando acordos em bloco com os partidos, sem troca de cargos e liberação de verbas.

Ao contrário de Temer, que loteou o governo para garantir a permanência no cargo, Bolsonaro tem a legitimidade das urnas para se impor ao Congresso, mas não necessariamente o atual, cujos integrantes se consideram “sobreviventes” ou derrotados, pois houve uma renovação de 47% na Casa. Segundo o relator do projeto, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), um dos que se reelegeu, para que o projeto avance é necessário que haja articulação política por parte do novo presidente eleito. Segundo o cientista político Murilo Aragão, da Arko Advice, mesmo sendo uma reforma mais enxuta, encontra um rol de dificuldades. Não há um texto consensual. Ainda é necessário um amplo processo de negociação com as lideranças partidárias. Por se tratar de emenda constitucional, são necessários 308 votos.

“O prazo é curto, porque faltam apenas sete semanas de atividade parlamentar até o recesso do Congresso, que começa no dia 22 de dezembro. Aqueles que não foram reeleitos creditam sua derrota à aprovação da reforma trabalhista; por isso, não querem sair aprovando outra medida impopular. Os atuais parlamentares não querem aprovar uma reforma mais enxuta se, no próximo ano, terão de aprovar uma reforma ainda mais agressiva. A diminuição do número de ministérios e a reduzida quantidade de indicações políticas para cargos relevantes restringem a motivação política do atual Congresso para aprovar a reforma ainda este ano”, avalia Aragão.

Pesquisa realizada entre 9 e 11 de outubro pela Arko Advice com 164 deputados mostrou que 51,82% não acreditavam na aprovação da reforma da Previdência em 2018, caso Bolsonaro vencesse as eleições presidenciais. “Portanto, a chance de aprovação da reforma ainda este ano fica em torno de 40%. Para que seja viabilizada, Bolsonaro teria de participar ativamente das negociações. Contudo, em caso de derrota, seu envolvimento direto traria mais desgaste ao novo governo do que os benefícios advindos de uma eventual aprovação”, conclui o cientista político.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Gás de cozinha pode ficar R\$ 6 mais caro

A Petrobras anunciou ontem aumento do botijão de gás de cozinha de 13 quilos, de R\$ 23,10 para R\$ 25,07 nas refinarias, preço médio sem tributos. O reajuste, de 8,5%, vale a partir de hoje. Os revendedores reclamam que a margem de lucro é absorvida pelas distribuidoras, que anunciaram alta de até 9% para os pontos de venda. Ao consumidor, que já paga quase R\$ 100 pelo gás,

o acréscimo pode passar de R\$ 6 por botijão.

Segundo a petroleira, a alta acumulada em 2018 é de R\$ 0,69, ou 2,8%, desde janeiro, quando o produto passou a ter reajustes trimestrais. Essa periodicidade só não foi respeitada no mês passado, porque o fechamento de três meses coincidiu com a proximidade do primeiro turno das eleições. À época, a estatal afirmou que o período eleitoral estava pressionando a cotação do dólar.

“De acordo com a metodologia em vigor, a Petrobras havia aplicado, este ano, duas reduções nos preços, em janeiro e abril, e uma elevação, em julho. O novo preço representa um reajuste de 8,5%, ou de R\$ 1,97, em relação aos R\$ 23,10 vigentes desde julho”, explicou a estatal, em nota. “A desvalorização do real frente ao dólar e as elevações nas cotações internacionais do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) foram os principais fatores para a alta. A referência continua a ser a média dos preços do propano e butano comercializados no mercado europeu, acrescida da margem de 5%”, acrescentou a Petrobras.

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás) informou que o reajuste vai variar 8,2% ou 9%, de acordo com o polo de suprimento. Pelos cálculos do Sindigás, o ajuste anunciado deixa “o preço praticado pela Petrobras para as embalagens de até 13 quilos aproximadamente 29% abaixo do preço de paridade internacional”.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Revendedores de GLP, Alexandre Borjaili, o valor do gás para o consumidor pode passar de R\$ 100. “As distribuidoras repassam sempre mais para a revenda”, explicou. “A alta para o consumidor sempre será maior do que a anunciada pela Petrobras. Isso porque a distribuidora diz que o reajuste pode ser de 8,5%, o que representaria R\$ 2. Mas o gás acaba chegando para as revendas de R\$ 4 a R\$ 6 mais caro, e nós temos que repassar”, afirma.

Borjaili lembrou que, em janeiro, a Petrobras reduziu o preço em R\$ 1, e nenhuma revenda viu o preço da distribuidora cair. “Em abril, foi a mesma coisa. Quando houve aumento, chegou bem mais alto para nós do que o índice divulgado pela Petrobras, ou seja, quem está ganhando em margem são as distribuidoras”, destacou.

Na época da greve dos caminhoneiros, quando as revendas tiveram que pagar o gás com ágio e tentaram repassar o custo para os consumidores, o Ministério Público abriu processos investigativos, ressaltou Borjaili. “A política de preços livres só funciona para as distribuidoras. Além do mais, o dólar está despencando, e isso não chegou ao gás. A Petrobras peca pela omissão”, reclamou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 06/11/2018**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni**Título:** Ferrovias da Vale na mira da Fazenda

A equipe de infraestrutura do presidente Michel Temer está confiante de que grande parte dos projetos da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) que não forem concluídos em 2018 serão encampados pelo próximo governo. Apesar disso, não conseguiu evitar o fogo amigo. A Secretaria de Promoção da Competitividade e Advocacia da Concorrência (Seprac) do Ministério da Fazenda, ao contribuir em audiências públicas sobre a antecipação da renovação dos contratos das estradas de ferro Carajás (EFC) e Vitória Minas (EFVM), ambas da Vale, emitiu pareceres contrários à prorrogação.

Segundo os documentos, que estão sob análise da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o volume de investimentos previstos não é suficiente. A Seprac questionou os parâmetros de cálculo dos valores de outorga e recomendou que as ferrovias sejam relicitadas após o vencimento dos contratos, em 2026 e 2027. Dentro do governo, no entanto, há o entendimento de que os pareceres não fazem uma análise profunda dos contratos.

Peculiaridade

Ao contrário das demais empresas que operam ferrovias no país, que são concessionárias, a Vale foi privatizada e não há um contrato de concessão. “Quando chegar a prorrogação, o governo vai ter que renovar de graça. Está na cláusula 3ª, parágrafo 4º: ‘nenhum pagamento será devido ao Poder Concedente pela prorrogação do contrato’”, alertou uma fonte palaciana. Segundo ela, por conta dessa peculiaridade, ou a Vale separava a mineradora das ferrovias ou a ANTT fazia uma contabilização à parte para calcular os valores, que foi o que acabou ocorrendo.

Pelos cálculos da ANTT, a outorga da EFC é negativa em R\$ 2,1 bilhões e a da EFVM, positiva em mais de R\$ 4 bilhões, com a condicionante de a Vale construir a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, calculada em cerca de R\$ 3 bilhões. Para o diretor executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Paes, não há mistério algum nas contas da ANTT. “A Vale investiu muito em Carajás, duplicou a ferrovia. O governo teria que indenizar a companhia em R\$ 2 bilhões. Mas, para antecipar a renovação, o acordo é que a empresa abra mão desse valor”, explicou.

Paes disse que, apesar de ser vocacionada para transportar o minério da Vale, a EFC tem uma importância vital porque viabiliza a Ferrovia Norte-Sul (FNS), que não teria acesso a nenhum porto. “Graças à duplicação que já foi feita, há capacidade ociosa para outras cargas. A ferrovia pode transportar até 20 milhões de toneladas úteis (TU) de carga geral”, afirmou. No ano passado, apenas 8 milhões de TU foram transportados, a maioria grãos.

Na Vitória-Minas, a outorga foi estipulada em R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão em investimentos na própria ferrovia, mais a construção da Fico, calculada pela ANTT em cerca de R\$ 3 bilhões. Na Vale, a estimativa é de que a Fico custará R\$ 6 bilhões. “O trecho que a Vale se comprometeu a entregar (veja quadro) também dará sentido à FNS, que precisa de malhas transversais. Além disso, como entra na altura de Campinote, tanto pode subir para o porto de Itaquí quanto descer para Santos. Isso vai gerar mais concorrência entre portos e ferrovias”, acrescentou Paes.

O executivo alertou, ainda, que as prorrogações são vitais para o sistema nacional porque permitirão antecipar investimentos em 10 anos, “sabendo exatamente qual vai ser o resultado disso”. “Os programas são integrados. Um não faz sentido se o outro não sair do papel”, completou.

Para o ex-diretor-geral da ANTT Bernardo Figueiredo, que também presidiu a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), as ferrovias da Vale foram subavaliadas. “A negociação não é das melhores. O valor está subestimado e a solução dos problemas regulatórios é acanhada. É inimaginável uma ferrovia, como, Carajás ter valor negativo no mercado”, ressaltou. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Lucros em alta

Hoje pela manhã, antes da abertura dos negócios na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), a Petrobras vai anunciar o balanço do terceiro trimestre de 2018. Os números, de acordo com o mercado, devem ser tão ou mais robustos do que o lucro de R\$ 10 bilhões registrados entre abril e junho, que tinha sido o melhor resultado trimestral da empresa em sete anos.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), o dado

será novamente muito bom. “Não tem por que ser ruim. Os derivados de petróleo, tirando o diesel, acompanharam o mercado internacional, e a estatal continua num processo de redução de custos. Acho que vai ser um lucro na casa dos R\$ 10 bilhões de novo”, estimou. Se superar o valor do trimestre anterior, terá registrado montante quase 40 vezes superior ao apurado no terceiro trimestre de 2017, quando a Petrobras obteve lucro de R\$ 266 milhões.

Com isso, a estatal voltará a pagar dividendos, como vem fazendo desde o início deste ano. Em abril, antecipou R\$ 652,2 milhões sob a forma de juros sobre capital próprio a seus acionistas, valor referente aos resultados do primeiro trimestre, quando registrou lucro líquido de R\$ 6,96 bilhões. Após anunciar R\$ 10 bilhões de lucro no segundo trimestre, voltou a distribuir R\$ 652,2 milhões aos sócios, montante correspondente a um valor bruto de R\$ 0,05 por ação ordinária ou preferencial, com base na posição acionária de 13 de agosto de 2018.

Esses resultados robustos aumentaram a cotação das ações da companhia e fizeram da Petrobras a empresa que mais subiu em valor de mercado nos primeiros 10 meses do ano. Segundo levantamento da Economatica, a avaliação da empresa aumentou em R\$ 164 bilhões até o fechamento dos negócios em 31 de outubro. O segundo maior ganho de valor no período foi da Vale, com R\$ 83 bilhões.

Provisão

No balanço que divulgará hoje, a petroleira deve reconhecer a provisão de US\$ 853,2 milhões (estimados em R\$ 3,6 bilhões) no demonstrativo financeiro de julho a setembro. O valor é relativo ao acordo assinado pela companhia para encerrar as investigações da Securities & Exchange Commission (SEC, órgão norte-americano equivalente à Comissão de Valores Mobiliários) e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos sobre falhas reveladas no esquema de corrupção desbaratado na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

Para Pires, as receitas da estatal foram beneficiadas pela alta da cotação do barril do petróleo no mercado internacional e pelo câmbio mais favorável. Esses dados devem compensar a queda da produção de óleo e gás da empresa, que caiu 8,5%, em termos de volume, ante igual período do ano passado, devido a paralisações de plataformas marítimas. (SK)

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/11/2018**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curtas

Energia eólica cresce

A capacidade instalada em geração de energia eólica no Brasil ultrapassou 14 gigawatts (GW), o que equivale ao consumo residencial médio de cerca de 26 milhões de residências, de acordo com a Associação Brasileira de Geração de Energia Eólica (Abeeólica). São 14,339 GW de capacidade instalada, por meio de 568 empreendimentos localizados em 12 Estados. O Rio Grande do Norte lidera, com 3,95 GW, seguido pela Bahia, que tem 3,5 GW em projetos dessa fonte. O Ceará aparece em terceiro, com 2 GW. A Abeeólica lembra que a energia instalada em eólicas hoje equivale à capacidade instalada da hidrelétrica binacional de Itaipu, com 14 GW de potência.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/11/2018**Seção:** Opinião**Autor:** Reginaldo Medeiros**Título:** Despacho sem mérito, uma conta de R\$ 4 bilhões

O setor elétrico, infelizmente, não para de dar más notícias. No apagar das luzes da atual gestão do **Ministério das Minas e Energia (MME)**, estuda-se, por meio de duas consultas públicas, reativar diversas termelétricas cujo custo de geração pode atingir R\$ 965,77 por Megawatt/hora (MWh). A despesa estimada desse despacho adicional para os consumidores é de estonteantes R\$ 700 milhões/mês, podendo atingir R\$ 4 bilhões até abril de 2019. A bandeira vermelha nas tarifas, inclusive para o setor produtivo, vai ser um triste legado para o próximo presidente.

O grande vilão das tarifas altas no setor elétrico é o modelo de formação de preços, uma obra de 20 anos dos "eletrocratas", os técnicos do segmento que acreditam que as suas "bolas de cristal" são mais eficientes do que o mercado para decidir os valores dos megawatts. Apesar de contínuos esforços empreendidos ao longo dessas duas décadas para aprimorar as equações

algébricas, os modelos continuam incapazes de refletir as condições de oferta e demanda e seus resultados por vezes são ignorados.

Uma consequência grave do sistema de preços baseado em modelo computacional é o aumento do custo para o consumidor. A mais evidente ineficiência de todas é o chamado despacho fora da ordem do mérito econômico que, por otimização de linguagem, será chamada aqui de "despacho sem mérito".

Por meio de modelos econômicos, que consideram dados históricos e as previsões meteorológicas, os técnicos tentam supor se em vez de usar as águas dos reservatórios das hidrelétricas - uma poupança para evitar uma provável estiagem -, seria melhor ligar as usinas térmicas. Ou seja, se as termelétricas devem ser "despachadas". Como dá para perceber, ainda que construído com base em dados estatísticos, trata-se de um exercício de adivinhação feito por poucos - os "eletrocratas" - que apostam qual tipo de operação redundaria no custo total menos elevado. Isso é o que se chama pomposamente de planejamento da operação do sistema.

Na visão técnica que prevalece até hoje, tudo é resolvido para o consumidor brasileiro por sofisticados algoritmos programados e processados por premissas e parâmetros humanos, baseados em critérios de aversão ao risco e dados estimados do futuro, que buscam assegurar um equilíbrio do sistema elétrico, com a premissa de que o custo de produzir um KWh novo, o chamado Custo Marginal de Expansão (CME), deva ser igual ao Custo Marginal de Operação (CMO) do sistema.

As bonitas siglas não podem esconder a precariedade das previsões. Há algumas semanas, por exemplo, depois de tudo simulado pelos sofisticados modelos e parâmetros, chegou-se à conclusão que o resultado - que sinalizava risco de desabastecimento próximo a zero - não tinha consistência com a realidade, pois poderia levar os reservatórios ao nível zero. Não se sabe se a "bola de cristal" havia falhado mais uma vez. Todavia, como os eletrocratas não confiam no próprio sistema, que indicava não haver necessidade de despacho térmico adicional, decidiu-se ligar as caras usinas térmicas, ou seja, o utilizar o "despacho sem mérito", para não correr riscos. Afinal, se houvesse desabastecimento a culpa seria dos eletrocratas.

Após 20 anos de operação, é surpreendente constatar que as diversas condições para manter o nível de segurança no suprimento ainda não estejam previstas nesses modelos. Esse fato não é isolado e há tempos se espera e se promete que o modelo computacional irá funcionar adequadamente.

Ainda que construída com base em dados estatísticos, decisão é exercício de adivinhação feito por poucos

O registro é importante porque os efeitos do "despacho sem mérito" afetam diretamente as estratégias comerciais definidas pelos agentes e criam encargos milionários para os consumidores de energia. A geração por usinas de forma contrária aos modelos computacionais altera a alocação de custos entre os diversos agentes do mercado - geradores, comercializadores e consumidores - e introduz insegurança e riscos não previstos.

Tal insegurança fica clara pelo exemplo acima. Tão logo se decidiu pelo acionamento das térmicas, já na primeira semana operativa de setembro, constatou-se que o Custo Marginal de Operação sofreu uma redução de 38%. Isso significa uma profunda melhoria das condições de abastecimento e, portanto, em sentido oposto ao "despacho sem mérito" aprovado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Tudo isso na semana imediatamente subsequente à decisão.

Após um mês de contínuo "despacho sem mérito", os modelos matemáticos continuam a sinalizar a melhoria das conduções de abastecimento, os reservatórios estão acima da curva de referência estabelecida pelo CMSE e o Custo Marginal de Operação da última semana operativa foi reduzido novamente, agora para R\$ 390,54 /MWh.

Apesar dessa sinalização dos modelos, como já dito acima, o MME estuda, por meio de duas consultas públicas, reativar diversas termelétricas. De uma forma bem simples, a recorrente utilização do "despacho sem mérito", sempre criticada, mas frequentemente praticada, acaba definitivamente com a credibilidade e a previsibilidade dos modelos matemáticos de despacho e formação de preços.

É evidente que é necessário partir urgentemente para outro sistema, como o chamado despacho por oferta de preços, cuja proposta já foi amplamente discutida no Projeto RE-SEB no final da década de 90, detalhado pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico em 2002, e recentemente ressuscitado pela Consulta Pública nº 33 do MME.

No novo contexto do setor elétrico, em que a participação ativa dos consumidores será progressivamente maior, somente um sistema de despacho por oferta dos agentes, em que os preços da energia sejam definidos pela oferta disponível de geração e pela demanda dos consumidores, permitirá que geradores e consumidores atuem de forma racional, otimizando os recursos energéticos do país. Assim, as decisões sobre preços passarão a ser coletivas e não mais dos eletrocratas.

É imperativo que a decisão sobre a alteração do modelo de formação de preços seja tomada e estabelecida a data de sua vigência, pois é inegável que tal mudança afetará a todos, havendo necessidade de um prazo de antecedência de, pelo menos dois anos, entre a decisão e a efetiva operacionalização do novo modelo. Mas a mudança é urgente e necessária para retomar o mérito das decisões do setor elétrico.

Reginaldo Medeiros é presidente executivo da Abraceel

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Retomada de Angra 3 atrai cinco grupos e consórcios estrangeiros

Cinco empresas e consórcios estrangeiros estão interessados em formar parceria com a Eletronuclear para investir na retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, no litoral sul do Rio de Janeiro, apurou o **Valor** com fontes próximas do negócio. Além das três concorrentes que estavam mais ativas no processo, a russa Rosatom, o consórcio franco-nipônico EDF / Mitsubishi Heavy Industries (MHI) e a chinesa CNNC, outras duas companhias figuram entre os potenciais interessados. São elas a também chinesa SNPTC (controlada pela SPIC) e a sul-coreana Kepco. A companhia sul-coreana havia demonstrado interesse no passado, mas tinha desistido do negócio e agora busca uma reaproximação.

A demonstração de interesse da SNPTC e o retorno da Kepco ocorrem paralelamente aos trabalhos desenvolvidos nos últimos meses por um comitê nomeado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para estudar alternativas para a retomada da construção de Angra 3 e que culminou na resolução do órgão que alterou o preço de energia da usina para R\$ 480 por megawatt-hora (MWh), em relação ao valor anterior de R\$ 250/MWh.

De acordo com executivos ouvidos pelo **Valor**, a nova referência de preço estabelecida para Angra 3 é atrativa e pode viabilizar os investimentos necessários para a conclusão da terceira usina nuclear do país, estimados R\$ 15,5 bilhões. "Acreditamos que a definição da tarifa é um passo muito importante. Isso permite a viabilização de Angra 3. A [nova] tarifa parece atrativa", disse o presidente da Rosatom para a América Latina, Ivan Dybov.

A avaliação é a mesma do grupo francês EDF. Segundo a companhia, em nota enviada ao **Valor**, a nova tarifa proposta "melhora significativamente o plano de

negócios e a atratividade do projeto". A EDF informou ainda que "precisamos entender em detalhes como o projeto de conclusão será organizado e gerenciado, e como o regime regulatório será definido, para que possamos avaliar adequadamente as oportunidades e os riscos associados ao projeto".

O ajuste do preço da energia de Angra 3 também é bem visto pela cadeia fornecedora. "Com a definição da tarifa, estamos bem otimistas de que o assunto vai para a frente", afirmou André Salgado, diretor para a América do Sul da Framatome, fornecedora de equipamentos e prestadora de serviços para o setor de geração de energia nuclear pertencente à EDF (75,5%), MHI (19,5%) e Assystem (5%).

A Framatome não participa da disputa entre as geradoras estrangeiras para a parceria com a Eletronuclear em relação à retomada de Angra 3. A companhia, aliás, já possui contrato com a estatal de energia nuclear para o fornecimento do reator e outros equipamentos, como instrumentação e controle digital, para Angra 3. Segundo Salgado, metade do contrato já foi cumprido e a meta da empresa é cumprir o restante até o fim.

Com relação aos potenciais interessados, restam dúvidas no mercado sobre a consistência do interesse dos dois candidatos chineses, após declaração dada pelo então presidenciável pelo PSL, Jair Bolsonaro, agora presidente eleito, de que via com preocupação o avanço das empresas daquele país no setor elétrico brasileiro. "A China está comprando o Brasil. Você vai deixar nossa energia na mão do chinês? [...] Nós vamos deixar a energia na mão de terceiros?", disse Bolsonaro em entrevista à TV Bandeirantes, na ocasião.

Segundo uma fonte com conhecimento direto das negociações em torno da retomada de Angra 3, as declarações de Bolsonaro "possivelmente" podem aumentar a preocupação de CNNC e SNPTC com relação ao bilionário investimento na usina brasileira.

Um ponto positivo aos chineses, porém, foi a visita nesta segunda-feira do embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, a Bolsonaro, na residência do presidente eleito, no Rio.

Estabelecido o novo preço de energia de Angra 3, os próximos passos são, em paralelo, a renegociação da dívida da Eletronuclear com bancos estatais e a definição de um novo modelo de negócios para a implantação da usina, que está com pouco mais de 60% das obras concluídas.

Com os bancos, a estatal precisa reestruturar a dívida, de cerca de R\$ 10 bilhões com BNDES e a Caixa Econômica Federal. Desse valor, pouco menos de R\$ 6

bilhões já foram sacados. A empresa paga cerca de R\$ 60 milhões por mês aos dois bancos, de juros do financiamento.

Com relação ao modelo de negócios, o CNPE ainda deve escolher entre uma de duas alternativas em estudo. A primeira prevê que o sócio estrangeiro adquira uma participação em Angra 3, na proporção dos investimentos necessários para a conclusão da obra, mas a operação da usina permanecerá nas mãos da Eletronuclear. A segunda prevê que o investidor assuma uma participação na própria Eletronuclear, sendo sócio da Eletrobras na empresa. O controle da Eletronuclear, nesse caso, permaneceria nas mãos da Eletrobras.

"Acreditamos que o próximo passo agora será a discussão do modelo de negócios. Esperamos essa decisão", afirmou Dybov.

Segundo o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha, apesar dos avanços obtidos pelo CNPE, a retomada de Angra 3 dependerá da chancela do novo governo, de Jair Bolsonaro. "[A retomada de Angra 3] vai precisar de homologação pelo novo governo. Ninguém vai assinar um contrato de R\$ 15 bilhões este ano. Primeiro porque não há tempo hábil. Segundo porque a insegurança seria muito grande", afirmou ele ao **Valor**.

Para atender a previsão da Eletronuclear de retomar as obras de Angra 3 em meados de 2020, especialistas do mercado dizem ser importante que o modelo de negócios esteja definido até o fim deste ano e que uma chamada pública para a definição do parceiro estrangeiro seja lançada no início de 2019. Dessa forma, estima-se que a conclusão do processo ocorra no fim do ano que vem.

Se esse cronograma for cumprido, é possível concluir as obras no fim de 2025 e iniciar a operação da termonuclear no início de 2026. Um alento ao mercado foi que o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027, cuja versão para consulta pública foi lançada recentemente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), manteve a previsão de início de operação de Angra 3 em 2026, mesmo prazo estipulado no PDE 2026, publicado no ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

CSN contrata o Jefferies

A CSN confirmou, em comunicado, a contratação do banco de investimento americano Jefferies como assessor financeiro para avaliar opções estratégicas para os negócios na Europa. O comunicado, enviado ao mercado, foi uma resposta à solicitação de esclarecimentos da B3 sobre reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" de que o alívio para o caixa virá com a venda de ativos em Portugal e Alemanha. No comunicado, a CSN confirmou a contratação do banco, mas informou que é "prematura qualquer elaboração de cenários sobre o resultado deste processo, não existindo qualquer fato que mereça divulgação ao mercado nos termos da legislação em vigor."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: ANTF defende renovação de concessões da Vale

A Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), que reúne as concessionárias de ferrovias, criticou ontem os pareceres da Secretaria de Promoção e Defesa da Concorrência (Seprac), do Ministério da Fazenda, contrários à prorrogação das concessões de duas malhas da Vale: a Estrada de Ferro de Carajás (EFC) e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). A ANTF rebateu a Seprac, e defendeu as renovações, entendimento que também é compartilhado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pelo processo técnico de prorrogação dos contratos de concessões ferroviárias no país.

Fernando Paes, diretor-executivo da ANTF, disse que a agência é "preparada" para conduzir o processo de renovação das concessões, e afirmou que o aditivo aos contratos dependerá de aval do Tribunal de Contas da União (TCU). Conforme publicado ontem pelo **Valor**, a Seprac considera que as tarifas de referência usadas nas prorrogações de EFC e EFVM estariam abaixo do que seria o preço de mercado. Para a ANTF, não existe preço de mercado para essas tarifas pois as duas ferrovias operam como centro de custo da Vale.

Assim, no processo conduzido pela ANTT, tomou-se como referência a margem Ebitda da MRS Logística, concessionária ferroviária da região Sudeste, parâmetro considerado "justo" pela ANTF. Chegou-se então a margens Ebitda de 47% para a EFVM e de 58% no caso da EFC, ambas superiores aos 39% da MRS. Paes disse que as ferrovias americanas têm, em média, 41% de margem Ebitda. A margem Ebitda é preponderante para definir o valor da outorga. O Ebitda é um indicador que considera o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Outro ponto criticado pelos pareceres da Seprac é a chamada taxa de desconto, mecanismo que determina o atrativo do negócio para o investidor. Para a Seprac, essa taxa, fixada em 2015, estaria defasada. Quanto maior a taxa de desconto, maior o atrativo. Por esse mecanismo, os fluxos futuros de geração de caixa são trazidos a valor presente. Foi definida uma taxa de desconto de 11,04%, válida para todas as prorrogações de ferrovias e com previsão de revisão a cada cinco anos. Para a ANTF, apesar das melhorias, o cenário econômico do país não se consolidou a ponto que justificasse uma revisão, neste momento, da taxa de desconto aplicada pela ANTT nas ferrovias.

As concessionárias também defendem as vantagens de se prorrogar os contratos ao invés de esperar o fim dos mesmos, em 2026 e 2027 (no caso das duas concessões da Vale) para relicitá-los. Fontes do setor dizem que a vantagem da renovação vai além dos valores de outorga, e envolvem a modernização dos contratos com foco maior na prestação de serviços. No caso da EFC, a outorga da renovação seria negativa em cerca de R\$ 2,4 bilhões (em tese, a Vale teria esse valor a receber) e no caso da EFVM, positivo em cerca de R\$ 643 milhões (pagamento a ser feito pela mineradora). Na prorrogação, a Vale se compromete a construir trecho da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO).

Alexandre Porto, superintendente da área de ferrovias da ANTT, disse em entrevista ao **Valor**, em setembro, que, na prática, pelas negociações, nenhum valor será pago pela União à concessionária (EFC). O que precisa ser reconhecido, segundo Porto, é que a EFC fez investimentos superiores a R\$ 18 bilhões para duplicar a malha e esses recursos são reconhecidos na conta. Segundo Porto, esses valores, uma vez reconhecidos, passarão a integrar o patrimônio da União, sem pagamento de indenização, ao fim da concessão. Porto preferiu não se manifestar sobre os pareceres da Seprac pois os documentos ainda serão objeto de uma análise da área técnica da agência.

Para a ANTF, a prorrogação dos contratos de concessão é um programa de Estado que permite a integração de diferentes ferrovias no país. A ANTT pretende abrir ainda este mês as audiências públicas para prorrogação dos contratos da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e da MRS. A Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT) tem, porém, visão crítica das renovações antecipadas. Luis Henrique Baldez, presidente-executivo da ANUT, disse que não existe uma política de Estado, de longo prazo, para o setor ferroviário.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza | Belo Horizonte****Título: Após três anos da tragédia, volta da Samarco deve ocorrer só em 2020**

Ao completar três anos parada, após a tragédia que matou 19 pessoas em Minas Gerais no dia 5 de novembro de 2015, a Samarco espera concluir em meados de 2019 uma nova estrutura crucial para a retomada de suas atividades. A estrutura é uma cava onde será depositado o rejeito de minério de ferro da futura produção.

As obras começaram há um mês no complexo da empresa nos municípios de Mariana e Ouro Preto e a previsão é que sejam entregues em julho. A direção da Samarco não divulga quando será possível voltar a operar, mas espera obter as licenças restantes ao longo de 2019. Vale e BHP Billiton, controladoras da Samarco, acreditam que a retomada ocorrerá em 2020.

Há três anos a Barragem de Fundão, que continha cerca 55 milhões de metros cúbicos de lama e rejeito, desmoronou. A barragem ficava na zona rural de Mariana. Um tsunami de 32,6 milhões de metros cúbicos cobriu casas, sítios, estradas e rios. O vilarejo de Bento Rodrigues, em Mariana, foi o mais atingido e até hoje é possível ver os estragos. Além das 19 mortes, a Samarco foi responsável por danos ambientais em toda a bacia do Rio Doce, até o Espírito Santo.

Sem atividade e sem receita, a companhia demitiu boa parte dos funcionários, causando impacto na economia de Mariana e de Minas Gerais. Samarco, Vale e BHP passaram os últimos três anos às voltas com discussões e acordos com o Ministério Público de Minas e do Espírito Santo e com o Ministério Público Federal em Minas.

O processo de reativação depende atualmente de duas frentes: uma é a construção da nova cava para que a empresa deposite o rejeito. Esse local, substituto de Fundão, é a Cava Alegria Sul, em obras de adaptação. A cava terá capacidade para armazenar 16 milhões de metros cúbicos de rejeito.

O projeto é orçado em R\$ 255 milhões. Segundo a assessoria da empresa, a retomada será feita em três fases. Na primeira, ela vai operar com 26% de sua capacidade.

Além da cava, a companhia depende dos licenciamentos. Em dezembro de 2017, autoridades ambientais de Minas liberaram o início às obras da cava. Mas as empresas optaram por aguardar a assinatura de um termo com o MP estadual para tocar os trabalhos.

Esse acordo, que prevê uma auditoria independente encarregada de acompanhar as obras, foi assinado no fim de setembro. Com as obras prontas, a Samarco espera obter a licença definitiva, que permitirá o uso da cava. Mas há ainda outra licença, a Licença Operacional Corretiva, que valerá para todo o complexo da Samarco. Esse pedido de licença está tramitando na Secretaria de Meio Ambiente de Minas.

Para as famílias atingidas, a expectativa maior é em relação às indenizações. A Fundação Renova, instituição custeada pela Vale e BHP e responsável pelas medidas de compensação, recuperação e indenização, informa que até agora foram destinados R\$ 4,5 bilhões para ações em 44 municípios.

Entre essas ações, o pagamento de R\$ 1,2 bilhão em indenizações e auxílios financeiros a mais de 7 mil famílias e R\$ 500 milhões em investimento em redes de esgoto na região afetada. Em outubro, a Renova afirmou que o ciclo de indenizações nessas cidades ainda não se encerrou e que mais recursos serão pagos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Rio Energy aposta em projetos eólicos 'híbridos'

A Rio Energy, veículo de investimento em geração renovável no Brasil da gestora americana Denham Capital, aposta em projetos de geração de energia que combinem contratos no mercado livre e no mercado regulado (das distribuidoras) para crescer no país. Em entrevista ao **Valor**, o diretor financeiro e de novos negócios da companhia, Roberto Colindres, contou que está estudando as melhores opções de financiamento para esses empreendimentos.

No leilão de geração de agosto, a companhia vendeu um projeto eólico cuja metade da garantia física será destinada ao mercado livre. Para fazer a gestão desses contratos, a Rio Energy está em contato com comercializadoras, ao mesmo tempo em que está criando uma área nova dentro da empresa para atuar nesse segmento. Ainda não está definido se terão uma comercializadora própria ou atuarão por meio de terceiros, contou Colindres.

"O mercado inteiro de renováveis está cada vez mais olhando para soluções diferentes para contratação de projetos", disse Colindres.

Até pouco tempo atrás, os novos projetos de geração eram todos atrelados a contratos de venda de energia (PPAs, na sigla em inglês) de longo prazo no mercado regulado, por meio de leilões. Desde que houve um período sem leilões, os empreendedores passaram a fechar contratos com "mix" de regulado e livre. É o caso da Rio Energy.

Para viabilizar os projetos, as empresas precisam ser criativas na obtenção de financiamento. A Rio Energy avalia as opções "clássicas", que envolvem suporte do BNDES e do Banco do Nordeste (BNB), financiadores tradicionais do segmento de energia eólica. "Estamos inclusive testando com o BNB a possibilidade dessa estrutura híbrida de regulado com livre, deixando uma parte pequena da garantia física descontratada", disse.

Segundo o diretor da Rio Energy, o BNDES está aberto a trabalhar também com mercado livre por entender que é nessa direção que o setor caminha. "Mas podemos precisar de garantias diferentes, termos diferentes, índice de cobertura diferente para mercado livre e etc", disse Colindres.

A emissão de dívida voltada para esses projetos híbridos ainda não foi testada pela companhia, que só vendeu dívida para projetos 100% no mercado regulado. "Mas acho que também vai nessa direção, cada vez mais temos investidores de debêntures incentivadas mais sofisticados e que entendem os riscos", afirmou, completando ver espaço para emissões para "projetos bem estruturados."

"Eu acredito que daqui um ano e meio começaremos a ver mais empreendedores testando o mercado para debêntures com essa estrutura híbrida que incorpora também o mercado livre", disse.

A percepção de risco ainda é diferente, porque as contrapartes (compradores da energia) não são as distribuidoras de energia, que têm um risco de inadimplência consideravelmente baixo.

Um ponto favorável para os financiamentos desses projetos, segundo Colindres, é o fato de que as geradoras estão conseguindo cada vez mais firmar contratos de prazos mais longos de venda de energia no mercado livre. "Estamos começando a ver contratos que podem chegar a 15, 18 anos, mas isso ainda é algo atípico no mercado. Em geral, são contratos de dois a oito anos", disse.

No caso da Rio Energy, a estratégia de comercialização dessa energia ainda não foi definida. "Estamos vendo várias soluções em paralelo, não temos uma

fechada neste momento. Realmente, trabalhar no mercado livre abre um grande leque de alternativas."

Uma das ideias é encontrar um consumidor apenas que compre toda a energia disponível no longo prazo por meio de um contrato bilateral. "Vemos que esse movimento exige muito mais sofisticação do lado do empreendedor. Pode ter mais riscos, mas também gera mais oportunidades", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem reduz preço de resinas

Após uma série de aumentos anunciados em 2018, a Braskem, maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, reduziu entre 5% e 10% os preços do polietileno (PE) e do polipropileno (PP) para novembro, de acordo com fontes do setor. A medida reflete o novo nível do câmbio e a desvalorização do petróleo, que reduz as cotações das matérias-primas.

O percentual de ajuste varia conforme o produto. Com a redução, a Braskem passa a vender a tonelada de PE no mercado interno em torno de US\$ 2 mil, enquanto a tonelada de PP caiu a cerca de US\$ 2,1 mil.

No exterior, a operação de novas capacidades de PE tem contribuído para mais pressão sobre os preços, ao mesmo tempo em que o petróleo voltou a ser negociado perto de US\$ 70 o barril - há um mês, as cotações superaram os US\$ 85 o barril do Brent pela primeira vez desde o fim de 2014.

Em outubro, a Braskem anunciou reajustes também de 5% a 10% para as duas resinas. À época, um consultor da indústria, que preferiu não se identificar, lembrou que ao longo do ano os preços da brasileira vinham abaixo do chamado PPI, o preço em dólar de importação da resina, que considera a cotação internacional, frete e impostos, e o novo aumento poderia indicar que ela buscava a paridade.

Procurada, a Braskem informou que "mantém sua prática de alinhamento de preços no mercado doméstico aos preços praticados no mercado internacional."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Cibelle Bouças | De São Paulo****Título: Preço de gasolina de avião pode ter novo cálculo**

O setor de aviação tem a expectativa de que até dezembro a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publique uma resolução para regulamentar o cálculo e a divulgação de preços do querosene de aviação. A agência realiza uma consulta pública para desenvolver um novo modelo para o cálculo do combustível. As empresas fornecedoras serão obrigadas a divulgar a fórmula de formação dos preços.

No Brasil, o custo com combustível representa 31,5% do preço do bilhete aéreo, em média, segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). "Na Europa, esse percentual fica entre 21% e 22%. Nos Estados Unidos, representa 18%. É um desafio alinhar os custos da aviação comercial brasileira com os custos internacionais", diz Eduardo Sanovicz, presidente da Abear.

O preço praticado no Brasil tem como base de cálculo o preço do querosene de aviação em Houston (EUA). Acrescenta-se a esse valor custos com frete do querosene de Houston ao Brasil, tarifas portuárias e alfandegárias, custos com terminais e dutos, armazenamento, seguro e margem. Além disso, é adicionado ao valor adotado no Brasil um Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Com essas adições, o preço médio do querosene de aviação no Brasil em dólar fica, em média, 17% mais caro do que o preço praticado em Houston, estima Mauricio Emboaba Moreira, consultor técnico da Abear.

A Abear, a Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) e a Associação de Transporte Aéreo da América Latina e Caribe (Alta) propuseram à ANP que o preço do combustível seja uma média ponderada entre o que é importado e o preço da produção no Brasil.

A Abear estima que, com a média ponderada, o preço do QAV ficaria cerca de 18% mais baixo do que o atual. A economia para as companhias aéreas seria de 1% da receita anual, com impacto nas margens de lucro.

De acordo com dados da ANP, o preço médio do litro do querosene de aviação (QAV) foi de R\$ 2,39 em setembro. Esse valor representou um aumento de 49,5% em 12 meses. Em agosto, o combustível havia atingido valor recorde de R\$ 3,30, com alta de quase 60% em 12 meses.

O problema do modelo atual de formação de preço, segundo Moreira, é que ele não reflete a realidade. Somente 8% do querosene de aviação consumido no país é importado. Os outros 92% são produzidos localmente. "As empresas pagam 17% de adicional sobre 100% do querosene de aviação. O justo seria que a taxa recaísse apenas sobre os 8% que são de fato importados", disse Moreira.

Ele acrescenta que o setor paga o combustível como se tivesse viajado, em média, 7,8 mil km de Houston ao Brasil. Mas a distância média real foi de 62 km. Do total de QAV consumido no país, três quartos foram produzidos no mesmo Estado onde foram consumidos, segundo Moreira.

A Abear, a lata e a Alta calculam que em 2017 a aviação brasileira teve um custo extra de US\$ 540 milhões com a fórmula atual de formação do preço do combustível.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	06/11/2018
Seção:	Finanças
Autor:	
Título:	Destaques

Dívida da QGOG

A Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) Constellation, controlada pela família Queiroz Galvão, está conversando com os credores sobre uma possível recuperação extrajudicial, segundo apurou o **Valor**. A empresa teve uma reunião com os detentores dos bônus emitidos no exterior na semana retrasada em Nova York, mas ainda não houve um acordo. Para a recuperação extrajudicial ocorrer, é preciso a aprovação de pelo menos 60% dos credores, que envolvem, além dos detentores dos bônus, os bancos estrangeiros e também o Bradesco. A discussão atual é sobre as garantias que poderiam ser oferecidas para que os credores aceitem estender a dívida, além da fila de preferência no recebimento dos pagamentos. A empresa tem uma dívida de US\$ 1,5 bilhão, sendo cerca de US\$ 600 milhões referentes aos bônus. Neste ano, a companhia pagou com atraso os juros dos bônus para 2019 e 2024, que tiveram rating rebaixado pela Fitch para "RD" (default). Em junho, o total das emissões no mercado era de US\$ 96 milhões e de US\$ 595 milhões, respectivamente. Procurada, a empresa informou que não comenta o assunto. **(Silvia Rosa)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/11/2018****Seção: Finanças****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Standard Bank aposta em transações entre Brasil e África para voltar a crescer**

O banco sul-africano Standard Bank, que vendeu suas operações no Brasil em 2014, está retomando o crescimento no país e quer aumentar o volume de negócios entre as companhias brasileiras e latino-americanas e os países africanos. Desde então, o banco mantém um escritório de representação em São Paulo, que desde o início do ano é comandado pela executiva Natalia Dias.

A carteira de empréstimos voltou a crescer e atualmente é de US\$ 850 milhões com companhias brasileiras que fazem negócio na África, como a mineradora Vale e a petrolífera Petrobras. Esse volume já chegou a US\$ 2 bilhões no passado.

"A estratégia do banco foi concentrar esforços e recursos no continente africano, onde temos presença em 20 países, mas mantivemos operações em centros financeiros relevantes para essa relação comercial, como Inglaterra, Brasil e China", explica Natalia. "Hoje nosso portfólio é de empresas brasileiras, mas o objetivo para os próximos cinco anos é estabelecer uma carteira com companhias de outros países da América Latina, especialmente Chile, Peru, Colômbia e Argentina", acrescenta.

O banco tem hoje dois mandatos de empresas africanas de varejo em busca de negócios no país e ao menos outros dois de indústrias brasileiras em busca de negócios na África. Para o Standard Bank, a maior parte das empresas da América Latina desconhece as oportunidades de investimento na África e as mudanças econômicas e demográficas por que passou o continente nos últimos anos. Para aproximar as regiões, o banco promove hoje, em São Paulo, um evento para apresentar aos CEOs brasileiros possibilidades de investimentos na África.

"A África subsaariana é a segunda região de maior crescimento no mundo. Além de ter um terço da população mundial, a África é jovem, com idade média de 19 anos, ante 30 dos asiáticos e 40 dos europeus", diz Goolam Ballim, economista-chefe do banco. "Isso significa não só oportunidades na dinâmica de força de trabalho, mas também de consumo."

Ballim diz que há uma relação relevante entre o ritmo de crescimento econômico acima do crescimento demográfico. "Quando a economia cresce

mais que a população isso significa aumento de renda per capita", diz o economista, que ressalta também queda dos índices de pobreza e de mortalidade infantil.

O economista conta que países como China e Índia aumentaram consideravelmente suas relações com países africanos nas últimas décadas, enquanto a relação com o Brasil era mais próxima no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Em 1990, a China representava 1% do comércio da África e hoje é seu maior parceiro comercial", diz Ballim.

O maior acionista do banco, inclusive, é chinês. O Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) tem 20% do capital do Standard. O interesse chinês tem sido voltado principalmente para matérias-primas, em que os bens manufaturados na China voltam à África, e agricultura. "O conhecimento brasileiro em agronegócio é uma grande oportunidade no continente africano, que tem 60% da terra agricultável e não cultivada do mundo, grande parte também em áreas tropicais", avalia Natalia.

Ballim também destaca mercados que, há dez anos, não existiam. "Reservas relevantes de petróleo foram descobertas no Quênia e em Uganda, assim como gás natural em Moçambique, que agora estão atraindo investimento internacional", diz.

MME / ASCOM .